



ESTADODE MATOGROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO N. 20/2021-COPLAN

1 Informações Gerais

Unidade	Data	Horário	Local
COPLAN, Comitê Unificado de 1º Grau	26/03/2021	16hrs	TEAMS Estatística 2

Participante	Unidade	Cargo/Função
Afonso Vitorino Maciel	Coplan	Coordenador de Planejamento
Anderson Cristiano Neisse	Coplan	Assessor de Estatística
Anderson Gomes Junqueira	Comitê Unificado do 1º Grau	Juiz Coordenador do Comitê Unificado de 1º Grau
Daiane Vaz Goulart	Comitê Unificado do 1º Grau	Juíza de Direito em Atividade
Edson Alviano	Comitê Unificado do 1º Grau	Oficial de Justiça
Gustavo Moraes	Coplan	Diretor
Otávio Vinícius Peixoto	Comitê Unificado do 1º Grau	Juiz de Direito em Atividade
Stevan Conrado	Comitê Unificado do 1º Grau	Oficial de Justiça
VeruskaNorie Takada	Coplan	Assessor de Estatística

2 Objetivos da Reunião

Contextualização do Comitê Unificado de Priorização do 1º Grau (Resoluções CNJ 194 e 195) sobre o orçamento institucional do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e a definição das próximas etapas.

3 Pendências (reuniões anteriores)

Não há pendências anteriores.

4 Pauta

Assunto
Apresentação e Contextualização do orçamento do TJMT (PTA 2021 e histórico)
Objetivos de atuação do Comitê Unificado de Primeiro Grau
Próximos tópicos a serem abordados pelo Comitê Unificado

5 A Reunião

Dr. Anderson Gomes Junqueira, Coordenador do Comitê Unificado de 1º Grau, fez a abertura da reunião agradecendo a presença de todos (as), dando início aos trabalhos.

Destacou a importância do Comitê realizar a revisão do Plano de Trabalho e nesta reunião, em especial, solicitou a Coordenadoria de Planejamento que apresentasse aos membros deste Comitê uma visão geral sobre o Orçamento do Poder Judiciário no ano de 2021.



**ESTADODE MATOGROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Na sequência passou a palavra ao Coordenador de Planejamento Afonso Maciel, que cumprimentou os presentes e reforçou que o Comitê Unificado de Priorização do 1º Grau do TJMT se relaciona com vários tópicos de possível atuação, como:

- Adequação Orçamentária e PEP 2021-2026 (Orçamento);
- Equalização da Força de Trabalho (Recursos Humanos);
- Infraestrutura e tecnologia (TI - Tecnologia da Informação);
- Prevenção de litígios (Corregedoria);
- Governança Colaborativa e Alinhamento do plano Estratégico (Planejamento);
- Formação continuada (Escolas de Magistrados e Servidores);
- Diálogo institucional e social;

Afonso ainda sugeriu a possibilidade de trazer outros tópicos em próximas reuniões, nos quais a COPLAN pode contribuir na contextualização. Um exemplo foi uma contextualização sintetizada do PEP do ciclo 2021-2026, que está em elaboração.

Então Afonso passou a palavra para Gustavo Moraes, Diretor da COPLAN, que prosseguiu com a apresentação do Orçamento do TJMT:

2021 | 2022

Importância do orçamento público

Orçamento Público: é o instrumento que dispõe o Poder Público (em qualquer de suas esferas) para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem obtidos."

(PISCITELLI, TIMBÓ e ROSA, 1999, p. 38)



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



2021 | 2022

PLANO DE TRABALHO ANUAL - PTA

Define-se a Programação orçamentária, deve responder, de maneira clara e objetiva, às perguntas clássicas que caracterizam o ato de orçar, sendo, do ponto de vista operacional, composto das seguintes informações: Classificação por Esfera, Classificação Institucional, Classificação Funcional e Estrutura Programática.



2021 | 2022

PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO PTA

- Para a elaboração do Plano de Trabalho Anual que resultará na proposta orçamentária, os tetos orçamentários serão disponibilizados por fonte de recursos divididos em pessoal e extrapessoal;
- O detalhamento da proposta deve ser mensal e alinhado à disponibilidade financeira;
- A alocação de recursos deve **priorizar** primeiramente as **Despesas Obrigatórias, depois as Essenciais, e por último as Discricionárias**.

DESPEÇAS
OBRIGATÓRIAS

DESPEÇAS
ESSENCIAIS

DESPEÇAS
DISCRICIONÁRIAS

OUTRAS
DESPEÇAS



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



2021 | 2022

PROCESSO INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



2021 | 2022

Orçamento e Planejamento Estratégico

Orçamento e Planejamento são duas peças que devem estar totalmente conectadas





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



2021 | 2022

LOA 2021 – Lei 11.300/2021

Orçamento Poder Judiciário

1.712.636.663,00

- Pessoal – 918.184.695,00
- Seguridade Social – 256.513.651,00
- Outras Despesas Correntes – 525.485.317,00
- Investimentos – 12.453.000,00



2021 | 2022

LOA 2021 – Lei 11.300/2021

Unidade Orçamentárias



UO 03.101 - Tribunal de Justiça
1.437.251.230,00

Pessoal – 918.184.695,00
Previdência – 256.513.651,00
Outras Despesas Correntes – 262.532.884,00
Investimentos – 20.000,00



UO 03.601 – Funajuris
275.385.433,00

Outras Despesas Correntes – 262.952.433,00
Investimentos – 12.443.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



2021 | 2022

LOA 2021 – Lei 11.300/2021

Composição da Receita



UO 03.101 - Tribunal de Justiça
1.437.251.230,00

Duodécimo (Fontes 100 e 196) – 1.221.654.252,00
Previdência (Fonte 115) – 210.843.796,00
Recursos Próprios (Fontes 240) – 4.753.182,00



UO 03.601 – Funajuris
275.385.433,00

Recursos Próprios (Fonte 240) – 275.385.433,00



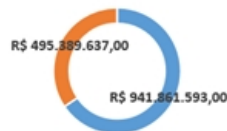
2021 | 2022

LOA 2021 – Lei 11.300/2021

Distribuição do Orçamento 1º e 2º Grau PTA 2021

UO 03.101 - Tribunal de Justiça
1.437.251.230,00

66% - 34%



■ 1º Grau ■ 2º Grau

UO 03.601 – Funajuris
275.385.433,00

58% - 42%



■ 1º Grau ■ 2º Grau

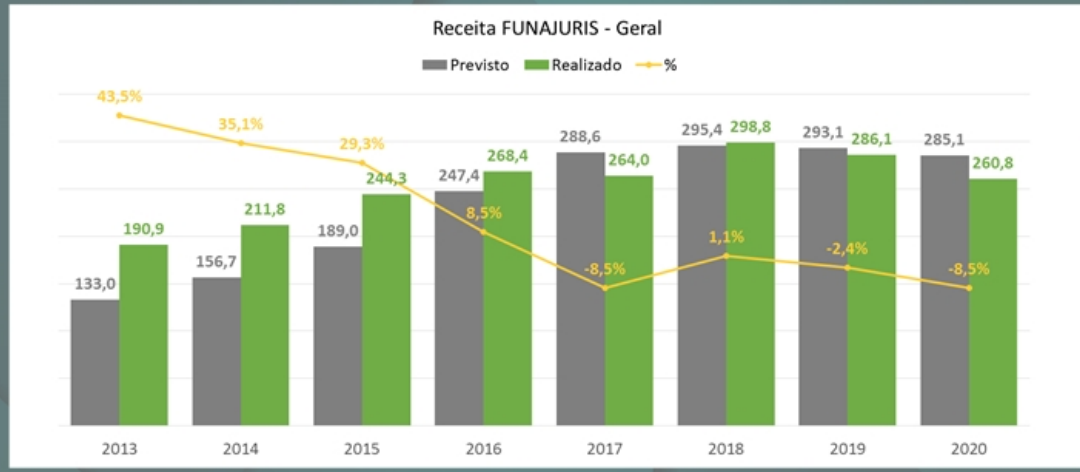


ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



2021 | 2022

Evolução da Receita - UO 03.601 - Funajuris



2021 | 2022

Receita Funajuris Prevista 2021 – 275 Milhões

Código Receita	Descrição	Valor	Representação
JUDICIAL	1.1.2.8.02.1.1.08 Taxa Judiciária-Recursos Destinados ao Funajuris-Principal	39.081.284,00	27%
	1.1.2.8.02.1.3.08 Taxa Judiciária-Recursos Destinados ao Funajuris-Dívida Ativa	135.268,00	0%
	1.6.9.0.99.1.1.08 Receita de Serviços Judiciais-Serventia Interinos-Principal	22.141.359,00	15%
	1.9.9.0.99.1.1.50 Custas Processuais Justiça Estadual-Recursos Destinados ao Funajuris-Principal	83.269.502,00	58%
		144.627.413,00	53%
EXTRA-JUDICIAL	1.1.2.8.02.2.1.26 Taxa Extrajudicial - Recursos Destinados ao Funajuris	92.067.025,00	99%
	1.9.9.0.99.1.1.99 Custas Extrajudiciais-Recursos Destinados ao Funajuris	871.448,00	1%
	1.9.9.0.99.1.3.28 Outras Receitas-Primárias-Dívida Ativa	180.597,00	0%
		93.119.070,00	34%
DIVERSAS	1.6.9.0.99.1.1.01 Receita de Serviços de Depósitos Judiciais-Funajuris-Principal	22.728.382,00	60%
	1.3.1.0.99.1.1.01 Outras Receitas Imobiliárias-Principal	298.583,00	1%
	1.3.2.1.00.1.1.35 Receita de Aplicação Financeira Proveniente de Recursos Arrecadados-Demais Fontes-Principal	12.807.292,00	34%
	1.9.2.2.99.1.1.11 Ressarcimento de Consumo de Energia Elétrica-Principal		0%
	1.9.2.2.99.1.1.41 Ressarcimento de Consumo de Água-Principal	9.185,00	0%
	1.9.9.0.99.1.1.25 Multas Diversas-Multas de Processos Administrativos e Judiciais-Funajuris-Principal	877.115,00	2%
	1.9.9.0.99.1.1.85 Outras Receitas Diversas-Outras Receitas Diversas-Outros Poderes-Principal	427.594,00	1%
	1.9.9.0.99.1.1.94 Outras Receitas Diversas-Receita de Depósitos Não Identificados-Lei 10139/2014-Principal	490.799,00	1%
	37.638.950,00	14%	
TOTAL		275.385.433,00	

⚠ Contestações pela OAB referente a Lei 11.077/20

⚠ Possível não realização devido a Posse dos Cartorários

Afonso mencionou a Governança Colaborativa, que visaria a participação proativa das Reuniões de Análise Estratégica, ação que o Dr. Anderson disse acreditar ser importante e que o comitê buscava tal frente.

Após a exposição da COPLAN sobre o orçamento para 2021, Dr. Anderson Junqueira e outros membros do Comitê questionaram de onde poderia ser então remanejados recursos para



**ESTADODE MATOGROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

custearem projetos/propostas elaboradas pelo Comitê em atenção ao primeiro grau de jurisdição, tendo sido relatado que já existe um estudo em andamento visando analisar a real necessidade de manutenção de algumas comarcas com baixa atividade jurisdicional, tendo sido deliberado então que será apresentado um pedido à Presidência do Tribunal solicitando informações sobre o andamento deste estudo.

Afonso informou, ainda, da necessidade de revisão do material que está publicado no portal de Transparência do TJMT sobre o comitê. Dr. Anderson, Junqueira, então, mencionou que está escalando uma servidora para trabalhar na parte de secretariado do comitê e que irá solicitar para que ela cuide de tal frente.

Afonso informou ainda que o portal o plano de ação da composição anterior que teve seus últimos prazos findados em dezembro de 2020 e, portanto, precisa ser revisado e atualizado com as ações que a composição atual pretende desenvolver. Dr. Anderson então concordou que esta deveria ser uma ação a ser realizada pelo comitê nos próximos passos.

Por fim, foi marcada reunião para a data de 07/05/2021 às 16hrs com os membros do Comitê Unificado Orçamentário de Priorização do Primeiro Grau, reunião que tratará da atualização do portal e análise/revisão do plano de ação do comitê.

6 Deliberações

Ação	Responsável	Prazo
Trabalha da governança colaborativa voltada à participação nas reuniões estratégicas	Dr. Anderson Junqueira (Comitê Unificado)	abril, agosto e dezembro de 2021
Revisão do plano de trabalho, com sua atualização	Dr. Anderson Junqueira (Comitê Unificado)	A realizar na próxima reunião (07/05/2021)
Atualização da página do comitê no site do tribunal	Dr. Anderson Junqueira (Comitê Unificado)	A discutir na próxima reunião (07/05/2021)
Solicitação junto à presidência do tribunal sobre o andamento do processo de suspensão de comarcas	Dr. Anderson Junqueira (Comitê Unificado)	07/05/2021

6 Aprovação

Os participantes da reunião manifestaram anuência ao conteúdo registrado acima.